



B O L E T I M

Boletim informativo da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica - ECO-ECO

Contato: Secretaria da Eco-Eco
Instituto de Economia - Unicamp - Caixa Postal 6135
Barão Geraldo, CEP 13083-970 - Campinas - SP

<http://www.eco.unicamp.br/ecoeco>
E-mail: ecoeco@eco.unicamp.br
Fax: (0XX19)3289-1512

Número 9

Ano 2001

FILIAÇÃO ECO-ECO/ISEE 2001

A Diretoria da International Society of Ecological Economics - ISEE definiu, durante o último Congresso na Austrália, uma nova política de filiação segundo a qual os sócios das Sociedades Regionais dos países em desenvolvimento serão, a partir de 2001, sócios automaticamente da ISEE, sem encargos adicionais. Com isto, os filiados à ECO-ECO serão automaticamente filiados a ISEE para o ano de 2001. **IMPORTANTE:** Esta filiação dupla será válida para as filiações feitas até **março de 2001**. Isto contudo, não inclui a assinatura da revista Ecological Economics a qual, deve ser paga a parte. Para maiores informações sobre a revista consulte o site: www.ecoeco.org

Lembramos que estudantes da graduação terão desconto de 50% e gozarão dos mesmos benefícios descritos acima, bastando apenas enviar à secretaria da ECO-ECO fax da cópia da matrícula junto com o comprovante de depósito.

Não deixe de fazer ou atualizar sua filiação de 2001 pelo site da ECO-ECO (www.eco.unicamp.br/ecoeco). Em 2001 sua anuidade vale por duas!!

IV ENCONTRO NACIONAL DA ECO-ECO

O próximo Encontro Nacional da ECO-ECO acontecerá em novembro de 2001, em Belém do Pará. Veja chamada de artigos na página 2.

CONVÊNIO SDS/ECO-ECO e Seminário Internacional "Instrumentos Econômicos e Política Ambiental"

A ECO-ECO e a Secretaria de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável (SDS) do MMA firmaram um convênio de cooperações, voltado a exercer ações conjuntas em temas de interesse comum. Um primeiro tema tratado foi o "Projeto EcoEco-Data", que consiste na elaboração de um banco de dados de caráter nacional voltado a organizar e sistematizar os diversos trabalhos, autores e instituições em Economia e Meio Ambiente. O Projeto encontra-se em apreciação. Um segundo tema, fruto da cooperação, consiste no *Seminário Internacional "Instrumentos Econômicos e Política Ambiental"*. Veja programação na página 7.

NOVAS SOCIEDADES REGIONAIS DA ISEE

Foram criadas, ao final do ano 2000, a Sociedade Argentina-Uruguia de Economia Ecológica e a Sociedade Peruana de Economia Ecológica. A fundação da Sociedade Argentina-Uruguia contou com a presença do presidente da ECO-ECO, Maurício Amazonas. Na ocasião, foi proposto um estreitamento de trabalhos e ações conjuntas entre as duas Sociedades visando o fortalecimento da Economia Ecológica no Cone Sul.

Seminário ECO-ECO NÚCLEO SUL

O Núcleo Sul da ECO-ECO promove nos dias 15 e 16 de maio Seminário Nacional sobre *"Instrumentos Econômicos para a Gestão de Recursos Hídricos"*. Este evento terá um caráter preparatório ao Seminário Internacional "Instrumentos Econômicos e Política Ambiental" SDS/ECO-ECO. Veja a programação na página 7.

INDICE:

| | |
|--|-----|
| Chamada de artigos para o IV Encontro da ECO-ECO..... | 2 |
| Eventos: | |
| I.Pronatura, FEA/FGVC, ANSEE, | 3 |
| Artigos: | |
| Ecologia-Economia:interações e sugestões..... | 3 |
| VI Congresso da ISEE em Canberra..... | 4-5 |
| Seção conjunta ECO-ECO/ANPEC: "Regulação de Recursos Hídricos"..... | 6 |
| Programação: | |
| Seminário Internacional Instrumentos Econômicos e Política Ambiental..... | 7 |
| Seminário Nacional sobre Instrumentos Econômicos para a Gestão de Recursos Hídricos..... | 7 |

Participe do Grupo de Discussão (via Internet) de Economia Ecológica

Sediada no site da RACE (Rede Acadêmica de Ciências Econômicas) a lista de discussão, mediada por Celso Sekiguchi, é destinada aos interessados na temática Economia Ecológica. Para se inscrever, acesse o endereço eletrônico www.race.nuca.ie.ufrj.br.

Em razão do *Seminário Nacional sobre Instrumentos Econômicos para a Gestão de Recursos Hídricos*, programado para acontecer em maio próximo, o primeiro tema de discussão será Políticas de Gestão de Recursos Hídricos. Contamos com a participação de todos.

Divulgue seus Trabalhos na ECO-ECO

A ECO-ECO abre um espaço, tanto no Boletim como na Homepage, para resenhas de Teses, Livros, Artigos, monografias, enfim, trabalhos relacionados à temática Economia Ecológica. Encaminhe seus trabalhos para que possamos difundirlos. (via e-mail: ecoeco@eco.unicamp.br)

Participe e contribua na construção da Economia Ecológica no Brasil.

**IV ENCONTRO NACIONAL
BELÉM/2001****CHAMADA DE ARTIGOS**

“Economia Ecológica, Políticas Públicas e o Desenvolvimento Sustentável na Amazônia”

Local: Belém do Pará

Data: Novembro de 2001

A apresentação de trabalhos será estruturada segundo as seguintes mesas temáticas:

Mesa 1:

“Economia Ecológica: Teoria, Metodologia e Análises de Casos”

Mesa 2:

“Macroeconomia do Meio Ambiente”

Mesa 3:

“Instrumentos Econômicos e Políticas Públicas para a Gestão Ambiental”

Mesa 4:

“Gestão ambiental, Comunidade e Meio Ambiente: gestão local, parcerias e participação das empresas e da sociedade civil”

Mesa 5:

“Desenvolvimento Sustentável na Amazônia e Políticas Regionais”

A ECO-ECO estará recebendo trabalhos que:

- sejam de pesquisadores filiados à Sociedade; a filiação poderá ser feita até quando do envio dos trabalhos, via internet, no site <http://www.eco.unicamp.br/ecoeco>.
- sejam relacionados às mesas propostas acima;
- devem ser apresentados em resumo estendidos de 3 a 4 páginas até o dia 06/08/2001, via e-mail: ecoeco@eco.unicamp.br;

Os trabalhos serão analisados por um Comitê formado por 5 membros: Peter May, Carlos Young, Luciana Togeiro, Ana Cristina Barros e Maria Amélia Rodrigues da Silva. Os resultados da seleção serão anunciados até o dia 27/08/01. Os textos selecionados deverão ser entregues até 08/09/01 na sua forma integral, máximo de 25 páginas, processador Word For Windows, para fins de editoração e gravação em CD-ROM.

EVENTOS:

Seminário:

Novos Mercados por uma Economia Verde

Credito de Carbono e Serviços Florestais

Data: 23/03/2001

Local: Centro de treinamento do BNDES
Rio de Janeiro

As inscrições devem ser feitas pelo site do Instituto Pronatura: www.pronatura.org.br/br/eventos/evts.htm, onde o participante terá apenas que preencher um cadastro.

CHAMADA DE TRABALHOS VI ENCONTRO NACIONAL SOBRE GESTÃO EMPRESARIAL E MEIO AMBIENTE(Engema):

**Responsabilidade Sócio-Ambiental, o Grande
Desafio da Empresa no Século XXI**

Prazo para envio de resumos:

25 de março de 2001

O evento acontecerá entre os 26 a 28 de novembro de 2001

LOCAL: Salão Nobre da FGV-EAESP.

Promoção: FGV-EAESP-POI
e FEA/USP

Para maiores informações consultar: www.fgvsp.br/
e-mail: engema@fgvsp.br

CANADIAN SOCIETY FOR ECOLOGICAL ECONOMICS

Fourth Biennial Conference

McGill University, Montreal,

August 23 - 25, 2001

Ecological Sustainability in a Global Market Economy

Abstracts should be submitted, preferably by email, to secretary@mse.mcgill.ca no later than April 15, 2001 For all additional conference information, please contact the planning committee:

Dr. Frank G. Müller (conference chair),
FGMlller@Vax2.Concordia.Ca and/or Dr. Tom Naylor,
TNaylo@Po-Box.McGill.Ca

Ecologia-Economia: interações e sugestões

Em publicações e congressos internacionais é comum encontrar uma interação relativamente forte (pelo menos comparada à realidade brasileira) entre a ecologia e a economia. Essa interação pode ser exemplificada pela participação de biólogos como E.O Wilson, P. Ehrlich e S. Levin em assuntos de economia ecológica. Alguns conceitos e modelos têm servido como verdadeiros *links* entre essas áreas, como os conceitos de capacidade de suporte, resiliência e sustentabilidade e modelos como a teoria de jogos e a modelagem em Stella. Periódicos como *Conservation Ecology*, *Ecological Applications*, *Ecological Economics* e *Ecological Modeling* exibem artigos que ilustram alguns desses *links* entre ecologia e economia. Teorias e aplicações sobre o manejo coletivo de recursos também têm sido um foco de interação entre ecologia e economia, exemplificado em debates da International Association for the Study of Common Property (IASCP), que costuma contar com participações de R. Constanza (Maryland), C. Folke (Beijer I.) e F. Berkes (Manitoba), dentre outros. No Brasil, a interação entre ecologia e economia ainda é incipiente, e a ECO-ECO pode ser uma forma de es-treitar essa interação através de questões sobre biodiversidade, manejo de recursos, estudos sobre coope-ração e altruísmo (comuns em ecologia evolutiva), bem como através do uso de ferramentas comuns a essas áreas, como a teoria de jogos e modelagem em Stella. Como estímulo, algumas sugestões para leitura são citadas abaixo:

Berkes, F. e Folke, C. 1998. Linking social and Ecological Systems. Cambridge U. Press, Cambridge. São 16 capítulos de diversos autores sobre conhecimento, manejo, resiliência e sustentabilidade, incluindo análises de sistemas florestais, pesqueiros e de pastoreio, percorrendo sistemas temperados e tropicais (Suécia, Canadá, Brasil, Nigéria, EUA, México, Hima-laias, entre outros).

Levin, S. A. 1999. Fragile dominion: complexity and the commons. O livro inclui o manejo ambiental na tradição ecológica de Hardin e Ehrlich e aponta para a necessidade de corrigir problemas ambi-entais levando em conta a complexidade dos sistemas [baseado na revisão de S. Ferson, *Ecology* 81(7), 2000].

Tsebelis, G. 1998. Jogos Ocultos. EDUSP, São Paulo (trad. L. P. Rouanet). O livro traz a teoria de jogos de forma interessante para diversas áreas, incluindo processos de decisão e escolha baseados na racionalidade. São encontrados os exemplos clássicos, como o dilema dos prisioneiros. No momento que a teoria de jogos está sendo reavivada na ecologia evolutiva e no debate sobre manejo coletivo de recursos (veja CPR-Digest, da IASCP), esta tradução é muito bem vinda.

Alpina Begossi

alpina@nepam.unicamp.br

ISEE 2000: VI Congresso da International Society for Ecological Economics **Canberra - Austrália**

A International Society of Ecological Economics, ISEE organizou seu VI Congresso Bidual em Canberra, na Austrália, de 4 a 8 de julho de 2000. O Encontro na Austrália constou de uma pré-conferência, um dia de campo e o Congresso propriamente dito.

A Pré conferência: “Challenges for Heritage Conservation and Sustainable Development in the 21st Century” foi uma experiência interessante de aproximação dos órgãos executivos ligados à conservação do patrimônio histórico e cultural e a universidade, em particular, a área de economia ecológica. Foi uma reunião com grande predominação de Australianos, alguns membros da Commonwealth, em particular: Reino Unido, Canadá e Nova Zelândia, o que permitiu ter uma boa visão do debate que existe dentro e entre estes países, de reconhecida importância na formulação de uma política ambiental eficiente e eficaz, construída de “baixo para cima”.

A sessão de abertura baseou-se na concepção de que a conceituação das tradições como um bem de capital permite construir uma ponte entre a economia e as demais ciências humanas. A segunda palestra enfatizou que o turismo está transformando o mundo e criando uma “valorização” de bens de cultura e tradição. Este foi o tema central do diálogo entre os presentes, evidenciando que a abordagem neoclássica de mensuração de valor para bens não transacionáveis poderia fazer uma contribuição relevante para preservação de bens de importância histórica, cultural e natural. A principal crítica a esta idéia predominante partiu de Dr. Jack Knetsch (Canadá) que enfatizou que a perspectiva da valoração deveria ser a do benefício criado em manter e não a do prejuízo causado pela perda de um bem, como é tradicional nos estudos de valoração.

Executores de políticas conservacionistas do patrimônio cultural na Austrália enfatizaram a importância de reuniões como esta em que a aplicabilidade da geração do conhecimento pode ser aprimorada. Fizeram claro a existência de sistemas de avaliação do “valor” destes bens, desenvolvidos sem a utilização das técnicas neoclássicas e a necessidade que os estudos propostos levassem em conta todo este esforço já realizado. A ênfase foi em indicar onde há necessidade de pesquisa, colocando-se na posição de utilizadores do conhecimento, portanto, configurando o caráter da reunião como de “prospecção de demanda de pesquisa”. No campo dos métodos de trabalho com a população a prática comum era a da “resolução de conflitos”.

Ocorreram duas sessões paralelas, uma mais voltada às discussões na perspectiva econômica e outra das ciências humanas.

Foi distribuído material relevante para a política “bottom-up” de conservação e de desenvolvimento do turismo

preocupadas em proteger localmente suas áreas de interesse cultural; Guia de melhores práticas para pessoas envolvidas com turismo e lugares de interesse cultural; Padrões e princípios para a conservação de áreas de significância natural e cultural; Guia prático para aplicação destes padrões e princípios.

O Dia de Campo - Entre as alternativas de dia de campo havia a possibilidade de visita a áreas de preservação de interesse natural e cultural, além da possibilidade de conhecer o sistema de gestão de bacias hidrográficas.

A visita ao Upper Murrumbidgee Catchment se iniciou pela comunidade de Yass, que sedia uma unidade de gestão de bacia: a do Yass river catchment. O Department of Land and Water Conservation, escritório de Yass, é o órgão estadual responsável pela assessoria técnica ao conselho de gestão. Foram apresentadas palestras técnicas para caracterizar a bacia e seus problemas ambientais. Esta seção terminou com a apresentação do presidente, um agricultor, do Comitê de Gestão do Murrumbidgee catchment, uma sub-bacia, e com a visão de um vinicultor sobre as questões ambientais e a evolução da política para o setor.

A visita enfatizou a preservação ambiental privada de campos naturais de propriedade coletiva, a política florestal, os principais problemas ambientais da área e as estratégias locais de solução. O grande desafio é o de encontrar meios, através do mercado e do envolvimento da população, para garantir a preservação e a recuperação das áreas degradadas.

A gestão de florestas enfocou o programa baseado no Native Vegetation Conservation Act de 1997 que vem sendo introduzido para promover parcerias entre o governo, proprietários, indústria e a comunidade, através dos planos regionais de gestão da vegetação, proposto por comunidades através de comitês regionais; dos contratos com propriedades, individualmente ou em grupo; e através da participação popular no conselho consultivo de vegetação nativa. A implantação se dá através de ONGs.

O setor público disponibiliza recursos para projetos comunitários que necessitem recursos para investimento. Este é o programa conhecido como Landcare. A contribuição da comunidade é o trabalho voluntário. Tomou-se conhecimento de dois projetos comunitários: erradicação de um tipo de eucalipto introduzido pela colonização inglesa para reposição de mata ciliar, que é uma das principais causas do assoreamento dos rios; e a retificação dos cursos d’água.

O dia de campo deixou lacunas na compreensão da evolução histórica e no funcionamento do modelo, que deverão vir a ser cobertas pela disponibilização de um texto na homepage do Congresso. Por outro lado, mostrou alguns resultados da estratégia da política construída de “baixo para cima”.

O Congresso - O Congresso contou com um menor número de participantes europeus e americanos do que os anteriores. A ênfase foi na interface entre teoria e prática e não na contribuição das diversas linhas teóricas. As plenárias refletiram esta mudança de diretriz na organização do evento.

Amory Lovins da Ceo Rocky Mountain Institute-USA apresentou vários casos de negócios bem sucedidos que caracterizariam a “terceira revolução industrial” baseada no uso intensivo do fator escasso, a natureza, e no uso intensivo do fator abundante, o trabalho, dentro dos princípios operacionais do “capitalismo natural”.

Manfred Max-Neef da Universidade Austral do Chile-Valdivia, ao discutir a questão do consumismo e da sustentabilidade caracterizou dois tipos de consumismo: o “aberto” associado à apropriação de coisas e objetos e o “disfarçado” relacionado a idéias que resulta da manipulação da linguagem e da comunicação por parte do poder político e econômico. Enfatizou o impacto sobre a geração do conhecimento e o papel das universidades no mundo atual. Sua análise se baseia nos conceitos de: “needs” de natureza permanente e “satisfiers” que mudam com os tempos.

Martin O'Connor da Université de Versailles, França, partiu de uma distinção sobre o conceito forte e fraco de sustentabilidade. Associou ao conceito fraco as práticas de análise de custo-benefício e ao de forte as de base participativa e de criação de cenários. Propôs como estratégia para sair do âmbito da dominação epistemológica a interface das ciências sistêmicas com a significância social do conhecimento local e da coordenação política, enfatizando a importância da educação ambiental para realizar isto.

Judith Innes, Diretora do Instituto de Desenvolvimento Regional e Urbano da University of California-Berkley, USA, procurou através de exemplos de sua experiência demonstrar que planejamento participativo é um paradigma em ascensão para definição da política ambiental que responde à necessidade de introdução da ecologia no processo de decisão política. A prática faz surgir soluções inovadoras e sustentáveis. Seus exemplos estavam relacionados a recursos hídricos, transporte e áreas de conservação.

Jack Knetsch da Simon Fraser University, Vancouver, British Columbia, Canadá, considera que as análises de valorização econômica não levaram suficientemente em consideração conhecimento científico em comportamento econômico, psicologia econômica e comportamento na tomada de decisão. Defende por isto que as análises deveriam tomar em consideração o benefício de poder ter e não o custo de perder, como é prática entre os economistas que utilizam a teoria da valorização.

Francois Bousquet do CIRAD Tera, Montpellier, France e **Tim Lynam** Tropical Resource Ecology Program, University of Zimbabwe, Zimbabwe, apresentaram um modelo de simulação de multiatores para estudar a dinâmica de ecossistemas e sistemas ambientais, na perspectiva de baixo para cima. As experiências apresentadas referem-se à gestão de recursos naturais em uma comunidade do Senegal e ao desenvolvimento de planos de manejo para a vegetação, em algumas áreas semi-áridas do Zimbabwe.

Neil Byron da Productivity Commission, Melbourne Aus-

trália propôs tratar o tema: “O que os formuladores de política querem da pesquisa e porque pesquisadores dificilmente oferecem?” Argumenta que é porque a pesquisa é orientada pela curiosidade e não focada pela necessidade de resolver problemas. Sugere que esta distância pode ser reduzida, estabelecendo mecanismos de definição de prioridades.

Peter May do Instituto Pró-Natura e da Universidade Federal do Rio de Janeiro relatou experiências sustentáveis de negócio-comunidade, conduzidas pela Pró-Natura, através de parcerias envolvendo corporações financeiras, governo e uma organização-não-governamental. A organização-social é o foco. A empresa inicia fazendo investimentos sociais e a comunidade é incentivada a questionar e demandar qualidade ambiental e condições de vida, tanto da empresa como do Estado.

A orientação geral do Congresso foi a de organizar as seções paralelas em torno de questões específicas: instrumentos de políticas públicas, gestão de florestas, de águas e mangues; de resíduos, mudança climática, segurança alimentar e sustentabilidade agrícola, agricultura, degradação do solo e agricultura, educação ambiental, monitoramento e avaliação de políticas; mudanças institucionais do setor privado e público, energia, governança ambiental internacional; desenvolvimento de comunidades; conexão entre comércio e ambiente; conservação da biodiversidade; transporte e uso planejado da terra; equidade ambiental e sustentabilidade; comportamento econômico e o ambiente, pesca. Algumas seções enfocaram questões metodológicas e estratégias de integração de disciplinas e/ou de participação dos agentes, ou abordagens teóricas como valoração, contabilidade verde, curva ambiental de Kuznets e sistemas complexos adaptativos.

O Congresso de Canberra, diferentemente do que ocorreu no Chile, não enfatizou a diversidade teórica que caracteriza a organização, causando insatisfação. Admitindo, entretanto, a importância pragmática da proposta do Congresso, ainda assim duas grandes críticas parecem relevantes:

- houve manifestação, inclusive na Assembléia, pelo pequeno espaço dado ao aspecto biológico da sustentabilidade o que sugere o afastamento do grupo dos ideais de Estocolmo;
- tema da transição institucional, em um mundo em transformação econômica, ficou ausente das plenárias e não foi estruturado nas seções para permitir o diálogo latino-americano ou mesmo o estimulante confronto de economias que construíram seu desenvolvimento tardio dentro do modelo de substituição de importações ou como economia aberta.

Apesar das semelhanças de latitude, dimensão e atividades agrícolas da Austrália e Brasil, não houve intenção da organização de estimular um diálogo que poderia ter sido bastante frutífero, particularmente no que se refere à formulação de políticas locais e, talvez por isto, tenham ficado surpresos com o grande número de brasileiros participantes. Alguns de nós atravessaram o mundo para conversar o que poderíamos ter feito melhor e mais facilmente em um encontro nacional.

¹ **Dra Economia. Pesquisadora Instituto de Economia Agrícola de São Paulo.**
yacarvalho@iea.sp.gov.br

Seção Conjunta ANPEC/ECO-ECO

Como vem acontecendo a alguns anos, o Encontro da ANPEC, ocorrido entre 12 e 15 de dezembro, reservou uma Seção Conjunta com a ECO-ECO. Com o título “Regulação de Recursos Hídricos”, a seção contou com os debatedores Carlos E. Young (I.E-UFRJ), Eugênio Cánepa (CIENTEC-RS) e Maurício Amazonas (mediador) e uma platéia que lotou o recinto, evidenciando a importância da temática. Abaixo, seguem as apresentações de Carlos Young e Eugênio Cánepa:

Carlos Young:

A relativa novidade do tema “água” entre os economistas brasileiros contrasta com a crescente demanda de políticas para o setor. O ponto que pretendo destacar na apresentação é que a reforma institucional proposta para a gestão dos recursos hídricos no Brasil *impõe* uma abordagem apropriada ao setor, mas o conhecimento ainda é relativamente escasso, e bastante setorializado. Indicadores ambientais são cruciais para melhor entender as:

- Interações natureza-água
- Interações homem-água

A economia da água é originada de duas tradições distintas:

- Problema da escassez
- Problema da poluição

A integração dessas duas áreas está ainda em fase inicial, e bastante incompleta. A ênfase é toda na questão da eficiência, refletindo a origem neoclássica dessas tradições. Mas faltam elementos sobre:*

- “teoria do valor” para a água: os estudos destinam-se apenas ao problema da precificação, carecendo um debate mais profundo sobre valor em seu sentido mais amplo (de “economia política”, e não de “política econômica”)
- a ambigüidade entre equidade e heterogeneidade: o marco regulatório demanda regras comuns a todos; contudo, há grande heterogeneidade nos corpos hídricos. Assim, preceitos homogêneos são pouco flexíveis para a grande diferenciação de situações; e normas diferenciadas ferem o princípio de igualdade
- há pouco debate sobre a sustentabilidade dessas políticas, em seus aspectos ambientais e sociais (por exemplo, quais as consequências redistributivas e ambientais de uma política de alocação de direitos comercializáveis de uso da água?)
- não há uma macroeconomia dos recursos naturais: as questões são tratadas como projetos (i.e. unidades isoladas que não interferem no macro); contudo a macroeconomia não é neutra em relação a essas mudanças (exemplo: aplicação efetiva do princípio do usuário/poluidor pagador pode afetar a competitividade das exportações brasileiras?)

Na ausência de uma visão de “economia política” para o tema, a questão tem sido percebida com um otimismo exacerbado sobre a maior eficiência das soluções “de mercado” (que, na verdade, não são mercados espontâneos mas sim resultados de políticas).

* Um tema que não foi tratado na apresentação mas que merece atenção é

o possível conflito entre o uso da água para geração de eletricidade e outros fins. O Código de Águas foi criado favorecendo fortemente o seu uso energético, mas no novo sistema a competição pelo uso da água vai levar ao questionamento do status quo da gestão de recursos hídricos, inclusive a predominância dos objetivos do setor hidrelétrico.

Eugênio Cánepa:

1. A exposição iniciou-se com um exame da evolução da Política Ambiental no mundo, desde o início do séc. XX. Tal política pode ser caracterizada como tendo três fases: a) fase de pleitos judiciais, caso a caso, no início do século; b) política de comando-e-controle, a partir do fim da 2ª Guerra Mundial; c) incorporação dos padrões de qualidade e dos instrumentos econômicos de indução dos agentes, a partir dos anos 70.

2. Atualmente, no Brasil, estamos de fato na 2ª fase. Mas, no que tange aos Recursos Hídricos estamos ingressando lentamente na 3ª fase. A exposição concentrou-se na Lei das Águas do Rio Grande do Sul (Lei 10.350/94), mas a sua estrutura básica coincide com a Lei (pioneira) de São Paulo (Lei 7663/91) e a própria Lei Nacional, a 9433/97.

3. Com base na propriedade estatal dos recursos hídricos, estabeleceu-se um sistema descentralizado e participativo pelo qual: a) os órgãos ambientais estaduais, ouvidos a sociedade (inclusive o Comitê de Bacia respectivo), estabelece os objetivos de qualidade a serem alcançados a longo prazo (o chamado “enquadramento das águas”); b) Os Comitês de Bacia elaboram seus Planos de Bacia, detalhando as intervenções que, gradativamente, irão alcançando tais metas; c) A cobrança pelo uso das águas (retirada e despejo de efluentes), isto é, o Princípio Usuário Pagador, também é fixada pelo Comitê, como meio de induzir os agentes a “moderar” no uso do recurso e como fonte de financiamento das intervenções; d) O Estado fica, então, com o encargo de monitorar a consecução gradativa dos objetivos de qualidade e modular a outorga de uso do recurso de acordo com o planejamento do Comitê; e) necessariamente, o Comitê, para poder cumprir suas atribuições, deve ser assistido por uma Agência de Bacia; f) todo o sistema funciona, na prática, dentro do marco analítico de Custo-Efetividade (i.e. eficiência na consecução de objetivos socialmente acordados).

4. A exposição finalizou com a apresentação de um exemplo concreto de cálculo de tarifa incitativa-e-definanciamento para o caso de despejo de efluentes (carga orgânica) na Bacia do Rio dos Sinos, no Rio Grande do Sul (Princípio Poluidor Pagador). Por falta de tempo, não foi examinado o caso de tarifa por retirada de água.

ECO-ECO NÚCLEO-SUL

Os integrantes do Núcleo Sul da ECO-ECO, dado seu acúmulo no debate sobre instrumentos econômicos no uso de recursos hídricos, em conjunto com a ABRH (Associação Brasileira de Recursos Hídricos), ABES (Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental) e a Secretaria Estadual de Meio Ambiente-RS, promovem Seminário Nacional em caráter preparatório ao “Seminário Internacional de Instrumentos Econômicos e Política Ambiental”.

SEMINÁRIO

“ÁGUA, DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE: INSTRUMENTOS ECONÔMICOS PARA A GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS”

Local: Assembléia Legislativa - RS

Data: 15-16 de maio de 2001

PROGRAMAÇÃO**Dia 15****16:00 Abertura****18:00 Painel - Política Nacional de Recursos Hídricos – Ênfase na Cobrança pelo uso da Água**

- Diretrizes gerais da política nacional de recursos hídricos, papel e atuação da ANA e da SRH na nova configuração.

Debatedores:

Dr Jerson Kelman - ANA

Sr Raimundo Garrido - SRH

Sr Sérgio Braga - SDS

Dia 16**9:00-12:00 Painel – Modelos de Cobrança dos Estados de São Paulo e Ceará**

- Apresentação e debates dos modelos de cobrança em implementação

14:00 - 16:30 - Modelos de Cobrança proposto para o Rio Grande do Sul

- Discussão dos três modelos de cobrança já proposto para o Estado do Rio Grande do Sul

Debatedores:

Prof^o Oscar Balarine (PUC-RS)

Dr. Eduardo Lanna (IPH-UFRGS)

Econ. Eugenio Cánepa (CIENTEC)

16: 30 Painel - A visão dos Usuários

- Visão da cobrança por parte dos representantes dos usuários da água, participantes do sistema estadual de recursos hídricos (Indústria, Agricultura, Abastecimento e Saneamento, etc.)

18:00 Coquetel de Encerramento e lançamento do livro “Projeto Rio Santa Maria - STagua” e do Volume especial da Revista Ciência e Ambiente (Universidade de Santa Maria) sobre Recursos Hídricos.

CONVÊNIO

**SEMINÁRIO INTERNACIONAL
“INSTRUMENTOS ECONÔMICOS E
POLÍTICA AMBIENTAL”**

Local e Data: Brasília, agosto de 2001

Promoção

Ministério do Meio Ambiente/Secretaria de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável

Sociedade Brasileira de Economia Ecológica - ECO-ECO

Programação

Abertura Oficial - Ministros Sarney Filho e Pedro Malan

Painel: *Os Instrumentos Econômicos e o seu Referencial Teórico*

- Palestrantes nacionais e internacionais

Painel: *Situação na América Latina*

Palestras:

Cepal

Costa Rica - recursos florestais.

Chile - resíduos sólidos.

Colômbia - Recursos Hídricos.

México - Política Ambiental

Painel: *Experiências nos Países Industrializados*

Palestras:

OCDE

União Européia

EUA

Japão

Painel: *Análise do Marco Regulatório Brasileiro*

Palestras:

Aspectos Legais

Aspectos Institucionais

Estratégias Empresariais

Painel: *Aplicação de Instrumentos Econômicos*

Palestras:

Recursos Hídricos e Saneamento

Resíduos Sólidos

Recursos Florestais, Gestão do Território e Biodiversidade

Poluição Atmosférica e Mudança Climática

Agricultura

Ecoeficiência

DIRETORIA 2000/2001**DIRETORIA EXECUTIVA**

Maurício Carvalho Amazonas (Presidente)
 Luciana Togeiro de Almeida (Vice-Presidente)
 Celso Sekiguchi
 Carmem Varela
 Alpina Begossi
 Luciana Simões
 Yara Chagas de Carvalho

I.E- UNICAMP
 Dep.Economia-UNESP/Araraquara
 I.E – UNICAMP ; ERM
 Mackenzie, FGV-SP
 NEPAM- UNICAMP
 Reserva da Biosfera da Mata Atlântica
 Instituto de Economia Agrícola-SP

NÚCLEOS REGIONAIS**Diretoria Núcleo Centro Oeste**

André Steffens Moraes Embrapa-MS
 Vitor Comar UFMS-MS

Diretoria Núcleo Norte

Eugênio Arima IMAZON
 Ana Cristina Barros IPAM
 Maria Amélia R. da Silva UFPA

Diretoria Núcleo Nordeste

José Lamartine Távora PIMES/UFPE
 Manuel Osório Viana UFCE
 Jacques Ribemboim UFPE

Diretoria Núcleo Sudeste

Carlos Eduardo Young I.E – UFRJ
 Maria Cecília Lustosa I.E – UFRJ; UFAL
 Marcelo Firpo Porto Fiocruz
 Andre Santos Pereira COPPE-UFRJ

Diretoria Núcleo Sul

Jaildo dos Santos Pereira UFRGS
 Percy Soares Neto Instituto Anthropos

CONSELHO CONSULTIVO E FISCAL

| | |
|---------------------------|-------------------------|
| Peter H. May (Presidente) | UFRRJ |
| Clóvis Cavalcanti | Fundação Joaquim Nabuco |
| Ronaldo Serôa da Motta | IPEA |
| Ademar R. Romeiro | I.E-UNICAMP |
| Maurício Tomasquim | COPPE-UFRJ |
| José Eli da Veiga | PROCAM ; FEA- USP |
| Philip Fearnside | INPA |
| Paulo Freire Vieira | UFSC |
| Pedro Jacobi | PROCAM-USP |



Sociedade Brasileira de Economia Ecológica

Secretaria da ECO-ECO
 Instituto de Economia – Unicamp
 Caixa Postal 6135
 CEP 13083-970 Barão Geraldo
 Campinas – S.P

IMPRESSO